

# Documentos mostram como empresa atuava

A Construtora Norberto Odebrecht tomou conhecimento formal ontem dos documentos apreendidos semana passada na casa de um dos diretores de seu escritório em Brasília, Ailton Reis. Durante mais de uma hora, o advogado da empresa, Nélio Seidl Machado, teve acesso à documentação e saiu da sede da Superintendência da Polícia Federal afirmando que, do ponto de vista jurídico, nada compromete a empreiteira com o escândalo na Comissão de Orçamento do Congresso. Ailton foi intimado ontem a depor hoje à Polícia Federal.

Os documentos comprovam que a empresa tinha controle sobre as obras realizadas durante o governo Collor, além de uma relação das emendas de interesse da Odebrecht aprovadas pelo Congresso, com nome do parlamentar autor da proposta e o valor da obra. Tinha também uma lista de políticos e autoridades do executivo rotulados como "clientes especiais". Com base no achado, a subcomissão de patrimônio da CPI do Orçamento

considerou que havia indícios de irregularidades, especialmente na relação da empresa com a Caixa Econômica Federal, na gestão Álvaro Mendonça.

Machado reconheceu que a Odebrecht, como todas as empresas do setor de construção pesada do País, faz lobby das obras de seu interesse. "Não diria lobby, porque o termo ganhou uma conotação pejorativa", afirmou. "Mas seria farisaísmo negar que a empresa sempre esteve e sempre estará presente com ações lícitas nos centros de decisões das ações governamentais".

O advogado lamentou a busca e apreensão feita pela Polícia Federal, amparada em mandado judicial, na residência de Ailton Reis e do outro diretor da Odebrecht em Brasília, Rubio Fernal, onde nada foi apreendido. "O mandado foi expedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com base em informações falsas passadas à autoridade policial", afirmou. "Neste caso, não há nada que possamos fazer por não existir uma instância superior".

No encontro com o delegado Magnaldo Niclau, que preside o inquérito sobre o desvio de verbas na Comissão de Orçamento, Machado informou que os dois diretores da empresa, ausentes da cidade desde a execução do mandado de busca, estão à disposição da Polícia Federal para prestar qualquer esclarecimento, no momento em que for considerado oportuno. "Nosso interesse é colaborar para que a imagem da empresa não seja prejudicada", acrescentou.

Os documentos da Odebrecht também foram examinados ontem pelo deputado Moroni Torgan (PSDB-CE), membro da CPI do Orçamento. Ele deu apenas uma olhada superficial e voltou para o Congresso. "Pensávamos que em duas ou três horas poderíamos ter um levantamento da extensão das possíveis irregularidades contra a empresa", afirmou. "Este trabalho durará pelo menos dois dias e vamos saber do senador Jarbas Passarinho se levamos tudo para a CPI ou voltaremos para analisar os papéis na própria Polícia Federal".